

A verdade sobre Brasília (III)

"Os falsos deuses da medicina — um hospital de 11 andares que custou cinco milhões de dólares, em um país em desenvolvimento, é um templo para a glória dos profissionais e da Medicina, mas não para a assistência do homem comum". (David Morley)

ERNESTO SILVA
Colaborador

Quanto à saúde, setor a que dedicamos uma energia incomum, sentimo-nos desolados ao verificarmos o estado de descrédito a que atingimos, embora tenhamos bons profissionais de saúde.

Em 1960, o sistema de saúde era único, regionalizado, descentralizado, com participação comunitária (através de Conselhos da Comunidade), tal como pretendem implantar hoje (30 anos depois!).

Inauguramos um moderno Centro de Saúde, em 1959, na avenida W-3 Sul. Fizemos construir o atual Hospital de Base, que, na época, era o mais bem equipado do Brasil. Recrutamos competentes médicos e enfermeiras de todo o Brasil. Os médicos trabalhavam em regime de tempo integral, ganhavam um pro-labore adicional; podiam ter seu consultório particular no próprio hospital; o doente era dignificado e podia escolher o médico de sua preferência.

Enquanto estávamos na direção da Novacap (até março de 1961), não vendemos não cedemos, não doamos, não arrendamos um só terreno a qualquer órgão público para construir hospital, Postos ou Centros de Saúde, ambulatórios etc. Porque defendíamos o sistema único de saúde e o pretendíamos municipalizado. Firmamos convênios com Institutos de Previdência, que nos pagavam por unidade de serviço.

Depois de 1964, porém, tudo mudou. O sistema de saúde do DF, se deteriorou. Os médicos se tornaram "cabides de emprego" e o descompromisso com a Instituição se acentuou, embora se deva reconhecer que, até hoje, ainda exista um bom número de profissionais competentes, dignos e cumpridos de seus deveres. Justiça se faça a Francisco Pinheiro Rocha, que realizou ótima administração.

Em 1979, com a construção dos Centros e Postos de Saúde, regio-

nalizando-se o atendimento, renovou-se em nosso espírito a esperança de revivência do Plano de Saúde que havíamos planejado para Brasília, já agora adaptado à nova filosofia consubstanciada na reunião de Alma-Ata, em 1979.

A seis de outubro de 1983, como Presidente de uma comissão de quatro membros do Inamps e quatro da Fundação Hospitalar, entregamos à Secretaria de Saúde o Plano Integrado de Saúde do DF. Fundamos os serviços, distribuíamos as funções de cada Unidade Assistencial, dando-lhes atribuições definidas, regionalizamos, hierarquizamos, disciplinamos e moralizamos a assistência Médica. Tudo está rigorosamente proposto em volumoso relatório, pronto paraser executado a qualquer momento. Esse estudo sério, simples, integrado e pouco oneroso, que traria grandes vantagens à população, não tem merecido sequer a leitura dos diversos secretários de Saúde que temos tido desde então.

Tenho dado minha colaboração desinteressada e profícua aos diversos secretários. Na gestão Frejat, fui diretor de Saúde da Comunidade e responsável pelos programas de educação em saúde e trabalhei exaustivamente. Nessa época, os Centros de Saúde funcionavam bem; os profissionais de saúde, sem exceção, assinavam ponto de entrada e saída; a comunidade estava relativamente satisfeita; havia um programa sério e eficiente de educação em saúde.

Quando o governador José Aparecido nomeou uma comissão de dez membros para reestruturar o Sistema de Saúde (ele chegou a proclamar que iria dar um "choque heterodoxo", o que não aconteceu) fiz parte do grupo e insisti em três pontos básicos e prioritários: cuidados primários de saúde, participação comunitária e educação em saúde.

Nada foi feito.

Na atual gestão, tenho aconselhado, fiado nos meus conhecimentos e experiência administrativa, de como deve ser orientada a política de saúde no DF. Na primeira reunião de diretores com o secretário de Saúde, quando só se falava em doença, perguntei porque foram negligenciados os agentes de saúde, pilares da medicina moderna e responsáveis,

quando bem utilizados, pela resolução de 60 por cento dos casos. Argumentamos documentadamente que havia excesso de médicos (principalmente se houvesse integração com o Inamps) e mostramos que a ociosidade era patente.

No relatório do Unicef-1990, há o seguinte trecho: "Nos últimos cinco anos, a América Latina treinou 200 mil médicos, mas, na verdade, poderiam ter sido formados apenas 150 mil e treinados e remunerados decentemente meio milhão de agentes de saúde".

O de que necessitamos são agentes de saúde para os cuidados primários; o de que precisamos são Centros de Saúde e não Hospitais: estes podem ser um orgulho para os médicos, que se encastelam em seus consultórios à espera de um doente; aqueles representam o elo entre a comunidade e a instituição.

Quando se aventou a idéia da construção do hospital do Guarã, expliquei ao secretário de Saúde a inutilidade da obra, que considero lamentável erro técnico e irreparável desperdício de dinheiro público.

David Morley pergunta: "Um palácio das doenças para os médicos ou Centros de Saúde para a comunidade"? E continua: "Hospitais têm pouco efeito sobre a saúde da maioria do povo".

Com o que se vai gastar com o novo hospital do Guarã, construiríamos 50 centros de saúde, muito mais úteis à comunidade que o hospital. Além disso, já temos o Pam-Guarã, enorme estrutura, facilmente adaptável, com poucos recursos, em hospital de cem leitos e pronto-socorro 24 horas por dia, pois lá já existem Raios X, laboratório, fisioterapia, cozinha e mais de cem médicos praticamente ociosos.

Além disso, o Guarã fica a dez minutos do Plano Piloto, onde há quatro grandes hospitais, com apenas 70 por cento de ocupação de leitos. Ainda mais: o HDA (ex-Presidente Médici) está com cem leitos desativados por falta de pessoal subalternos; o HRAN, idem.

Há 40 anos, eu já afirmava: "A saúde de um povo não se resolve com pilulas e hospitais". Tirem conclusões desta frase.

O paradoxal é que, na mesma ocasião em que se assinava, com grande pompa, o contrato para o anteprojeto do novo hospital, o presidente da Associação de Moradores do Guarã, Samuel Santana, revelava que "os Centros de Saúde da satélite estavam em completo abandono" (Correio do Brasil, de 26-01-90), rematando ele as suas declarações com uma frase de profunda sabedoria: "Olhar a saúde não é só construir prédios".

Antônio Ermírio de Moraes afirmou certa vez: "Antes de começar uma coisa nova, vamos recompor e moralizar o que existe".

Assisto, com tristeza infinita, à preferência das embaixadas Estrangeiras pelo Hospital das Forças Armadas. Testemunho, perplexo, a assinatura de numerosos convênios de firmas particulares com hospitais e clínicas privadas (embora seus empregados tenham direito à assistência médica gratuita do Estado). Há pouco, chocou-nos o fato de a Fundação Educar (ex-Mobral), um órgão do governo, assinar convênio com a Golden Cross, ignorando a nossa Fundação Hospitalar. E até mesmo o GDF não utiliza a FHDF: os policiais militares possuem o seu próprio serviço médico, inclusive hospital.

O que falta para a credibilidade do sistema de saúde do Distrito Federal? Gerência? Trabalho sério e eficaz? Competência?

Embora reconheça que há escassez de enfermeiras, nutricionistas, assistentes sociais e principalmente agentes de saúde (estes devem ter seu número triplicado), posso afirmar, com conhecimento de causa e convicção, que não há falta de médicos, salvo em duas ou três especialidades, mas uma distribuição racional de trabalho.

Para terminar, uma referência da enfermeira Florence Nightingale (1863), a qual merece uma profunda reflexão: "Cresce a convicção de que em todos os hospitais, por melhor que seja a sua administração, se perdem vidas que poderiam ser salvas, e de que em geral, o pobre que recebe uma boa assistência médica, cirúrgica e de enfermagem se recuperaria melhor numa cabana serável em que vive que no sofisticado ambiente hospitalar".